

Abreu: projetos sem nenhuma prioridade.

Reforma fiscal? O governo sabe como contornar isso.

Transferindo gastos para os estados, a União pode economizar mais de 1 trilhão.

Os estudos que vêm sendo feitos pelo governo para a reformulação orçamentária a partir do próximo exercício, em decorrência da redivisão da receita tributária votada pela Constituinte, já têm uma primeira estimativa: a União terá uma economia de 25% no orçamento de 1989 se forem transferidos aos estados e municípios, ou extintos, mais de dois mil programas atualmente financiados pelo governo federal. A informação é do ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, que considera muitos dos projetos atuais sem "nenhuma prioridade", com dotações perpetuando-se, apesar de sua finalidade já ter-se esgotado. Aplicados os 25% ao orçamento deste ano, a economia seria de Cz\$ 1,2 trilhão.

O principal objetivo desta operação desmonte é adequar a União à nova partilha da receita tributária e buscar melhor colocação da despesa pública. Mesmo com a perda de 17% das receitas correntes, que irão para os estados e municípios, o governo acredita que é possível preservar a meta de um déficit público de 2% do PIB para 89.

Para o governo, os objetivos serão alcançados através da revisão, transferência e extinção de dotações orçamentárias. Sem a atividade fim e sem a fonte de recursos não haverá motivos técnicos para manter muitos órgãos, disse o ministro. "É como tirar o oxigênio." Como exemplo, citou o caso da Embrater-Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural: como os estados mantêm seus órgãos de assistência aos produtores, a tarefa da União acaba, deixando de existir a dotação e esvaziando-se completamente o órgão.

Apesar de inacabado, o levantamento para o desmonte já revelou algumas conclusões aos técnicos da Seplan - Secretaria do Planejamento. Além do aumento de

transferências de recursos da União para os estados e municípios, aumentarão as vinculações como a da emenda do senador João Calmon (PMDB-ES), que eleva de 13% para 18% os recursos da União destinados à Educação. Outra perda para os cofres federais é a vinculação do Finsocial ao orçamento de saúde, assistência e previdência social.

Para analisar o emaranhado de programas, dotações, rubricas, transferências e convênios que nem sempre estão incluídos no orçamento, o governo formou 20 grupos de trabalho com técnicos da Seplan e do Ministério da Fazenda. Do resultado desse trabalho — que deverá ser entregue na próxima sexta-feira ao ministro João Batista de Abreu — sairá uma verdadeira "transição orçamentária", disse Everardo Maciel, assessor do ministro.

Os critérios dos cortes que serão feitos incluem as transferências intergovernamentais voluntárias; virtuais transferências intergovernamentais (aquelas que não aparecem no orçamento da União como tal, mas constam no orçamento do órgão federal que faz a transferência dos recursos); contrapartidas federais de empréstimos externos a Estados e municípios, e despesas associadas a impostos que serão transferidos aos Estados e municípios.

Os grupos estão analisando praticamente todos os programas e transferências existentes, desde incentivos fiscais, os 16 tipos de subsídios, o novo papel do Instituto de Resseguros do Brasil, do Fundo Rodoviário Nacional até o orçamento da seguridade social. "A Constituição é clara na divisão das receitas, mas vacilante na distribuição das atribuições", observou Maciel. Isso vai criar uma ampla área para a legislação ordinária e complementar do Congresso, que terá de regular todas as disposições que saírem da discussão entre os poderes Executivo e Legislativo.

JORNAL DA TARDE
Transição orçamentária